



O PRINCÍPIO EDUCATIVO DA LUTA DO

Acampamento Chico Mendes I, em Rondônia¹

Maria de Lourdes Cavalcante de Araújo²

Renata da Silva Nóbrega³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a experiência do acampamento Chico Mendes I, localizado no município de Presidente Médici, em Rondônia, como um princípio educativo, nos termos propostos por Roseli Caldart em sua análise sobre o processo histórico de formação dos Sem-Terra do MST. Parto do pressuposto de que o “tempo de acampamento” é um princípio organizador e ordenador das relações sociais no universo da Reforma Agrária. O trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como pesquisa participante, que se baseou na realização de entrevistas com moradores do assentamento e lideranças do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra que contribuíram na organização do acampamento e na conquista da terra, tendo a memória coletiva como fundamento para conhecer o tempo de acampamento. Também foi realizada pesquisa documental. Considera-se que, sendo a luta um conjunto de relações humanas, a mesma resulta no aprendizado coletivo e transforma o sujeito por meio de outros sujeitos.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Movimento Social. Acampamento. Educação Popular.

INTRODUÇÃO

Data marcante

*17 de abril, dia lindo de viver, mas tão triste de lembrar,
pois foi neste mesmo dia que aconteceu a chacina em Eldorado dos Carajás.*

Deveríamos estar contentes, mas como?

Se os grandes querem tirar a vida da gente e nos intimidar.

*Mas sabem meus companheiros,
ainda vai chegar o dia da nossa libertação
e nós vamos ver na cadeia,*

todos esses que nos odeiam e nunca mais vamos sofrer.

*Assassinos de Chico Mendes, de Ezequiel e Margarida,
e de todos que por nós deram a vida e nós continuamos lutando,*

¹ Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

² Graduanda do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: xiquitacavalcante@gmail.com

³ Professora do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: renatanobrega@unir.br

*pois desistir jamais, da luta organizada,
para não ser massacrados pelo sistema opressor.
Lutar sempre com raça,
pois nós somos a maioria,
ainda vai chegar o dia em que nós vamos vencer.*
(Nelci Cerino da Rosa⁴)

O Projeto de Assentamento Chico Mendes I (P.A. Chico Mendes I) localiza-se na 4ª linha em Presidente Médici, na região central de Rondônia. O Assentamento Chico Mendes, como é mais conhecido, é fruto de um acampamento organizado pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1996, no antigo seringal Muqui, então Fazenda Presidente Hermes, de propriedade de José Milton de Andrade Rios. Muito antes da ocupação sem terra, aquele lugar já havia sido alvo de disputa entre os povos nativos e Zé Milton, como era conhecido o “dono” das terras. Tido como um dos heróis pioneiros da região nos livros de memória regional, o seringalista tinha um longo histórico de violência. De acordo com o Instituto Socioambiental, em maio de 1968, uma turma de sete homens contratados por ele para realizar pesquisa mineral no rio Roosevelt, região rica em diamantes, foi cercada por dezenas de Cinta Larga. O resultado foi a morte de dez índios, perdendo o outro lado apenas uma pessoa. Além do massacre contra os Cinta-Larga, recaía sobre o antigo seringalista denúncias de chefiar o “Bando do Muqui”, um grupo de pistolagem que aterrorizou os posseiros e sem-terra que ocupavam suas terras nas décadas de 70 e 80. Em 2007, já morto, Zé Milton foi reconhecido pela Justiça Civil como um dos mandantes do assassinato do advogado Agenor de Carvalho, atuante defensor dos povos indígenas e dos posseiros em Rondônia, assassinado em 1980.

Em junho de 1996, cerca de setenta famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a controversa propriedade de Zé Milton. Meses depois, o número de família foi aumentando, chegando a uma média de trezentas famílias acampadas. O assentamento aconteceu de forma rápida, com a aquisição de uma área de 2.167,3587 hectares pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A Portaria que regulamentou o assentamento foi emitida no ano seguinte e garantiu a repartição de lotes entre as famílias acampadas com parcelas de aproximadamente 29 alqueires, destinando três parcelas à área social⁵, para a implantação da infraestrutura social e produtiva de uso coletivo (FREGOLENTE, 2010).

⁴ Poesia publicada no Jornal O Migrante, Edição de maio de 1997. A autora acampou na Fazenda Presidente Hermes e hoje é assentada na área.

⁵ As áreas sociais fazem parte do sistema de agrovilas proposto pelo MST.

Duas décadas depois de sua criação, o assentamento sente as intensas transformações na região. O vínculo com o MST se dissipou, restando poucas famílias ligadas de forma orgânica ao movimento. Destaca-se a venda da propriedade por parte de algumas das famílias fundadoras. De acordo com Rosemere Gonçalves dos Santos, este número alcança 31% dos lotes de fundadores (SANTOS, 2017).

O Assentamento Chico Mendes foi o primeiro a ser conquistado no município de Presidente Médici, sendo assentadas mais de 200 famílias. Devido ao grande número de famílias acampadas na área, a mesma não foi suficiente para abrigar todas as famílias que ali acamparam e foram constituídos novos acampamentos organizados pelo MST, aos quais se agregaram outras famílias sem-terra. Atualmente, na área de influência de Presidente Médici, há ainda outros três assentamentos derivados do Acampamento Chico Mendes: o Chico Mendes II, Chico Mendes III e o Paulo Freire, sendo este pertencente ao município de Nova Brasilândia. Esta constatação reforça a análise de Nashieli Loera sobre os mecanismos que garantem a reprodução dos acampamentos:

[...] um acampamento está sempre vinculado a outro em formação ou já formado, e este, por sua vez, se encontra vinculado a um assentamento. São os indivíduos, os ocupantes desses espaços que, cumprindo com uma série de obrigações e compromissos para com o movimento que organiza a ocupação, convidam outros para formarem novos acampamentos e mais: eles mesmos participam de novas ocupações, mostrando para os novos acampados a tecnologia de montagem e organização dos acampamentos (LOERA, 2015, p. 28).

A despeito da contribuição do Assentamento Chico Mendes I na consolidação de uma territorialidade camponesa nesta região, nos termos discutidos por Murilo Souza (2011), pouco se conhece sobre a história da luta popular que assegurou a oportunidade de uma vida digna para as famílias que hoje vivem ali. A dissertação de mestrado em Geografia, defendida por Tânia Olinda, em maio de 2019, traz um capítulo que discute a formação do Assentamento, representando uma importante contribuição para o registro documental da luta pela terra em Rondônia. Diante da escassez de informações sobre este relevante processo de mobilização social, esta pesquisa se propôs a discutir a história do acampamento Chico Mendes I a partir da memória de quem acampou e também nas lideranças do MST que contribuíram para a organização do acampamento e para a conquista da terra.

Considerando que se trata de uma pesquisa realizada em uma Licenciatura em Educação do Campo, a mesma se alinha à necessidade de conhecer o território camponês enquanto “espaço geográfico, espaço político, um espaço de vida multidimensional”, tal como proposto por Bernardo Mançano Fernandes (2006, p. 28) em suas reflexões sobre a centralidade da

categoria “território” para a pesquisa em Educação do Campo. Fernandes (2006) ressalta o protagonismo dos movimentos sociais do campo na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária. Para ele, a ideia da pesquisa em educação do campo enquanto articulação do espaço e território compreende a mesma enquanto espaço de vida, como a maneira que os “sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento”.

Entendendo que as relações sociais são pertinentes na construção do espaço social e do espaço geográfico, soma-se a esta perspectiva, ainda no âmbito da Educação do Campo, as reflexões de Roseli Caldart sobre a importância de “conhecer a história (transformações) do território onde a escola se insere: o percurso da comunidade, das famílias, do lugar em que estamos hoje vivendo, trabalhando” (CALDART, 2015, p. 10).

Para as reflexões seguintes, o artigo parte do pressuposto de que o “tempo de acampamento” é um princípio organizador e ordenador das relações sociais no universo da Reforma Agrária (LOERA, 2015). Mais ainda, discute a experiência de luta coletiva do acampamento Chico Mendes como um princípio educativo, nos termos propostos por Roseli Caldart em sua análise sobre o processo histórico de formação dos sem-terra do MST. A autora salienta que o movimento social é “constituído de uma determinada matriz pedagógica, ou a materialização de um modo de produção da formação humana que tem o movimento como princípio educativo, a luta social como base conformadora deste movimento educativo” (CALDART, 2001, p. 15), onde se percebe como o concreto, que interliga as variadas dimensões do movimento, constitui-se como uma pedagogia. Trata-se da capacidade de transformar e ser transformado no seu processo educativo a partir da terra, das pessoas, da história.

Os caminhos percorridos para esta pesquisa alinham-se à perspectiva da pesquisa participante, já que sou moradora da comunidade, embora não tenha acampado na época⁶. Conforme a proposição de Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira (1981), a pesquisa participante realiza:

[...] trabalho de campo através do qual o pesquisador procura observar a vida social em movimento da comunidade com quem está envolvido, procurando captar a rede de relações sociais que atravessa a comunidade, os problemas que a desafiam e a percepção que a população tem de sua própria situação e de suas possibilidades de mudança [...] (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1981, p. 28-29).

⁶ Minha família e eu viemos da Paraíba a convite de meu tio, que era uma liderança do MST e fundador do acampamento, quando ele já estava assentado no Chico Mendes I. Passamos a morar em seu lote. Anos mais tarde, em 2012, em outro assentamento, ele foi vítima da violência agrária, sendo assassinado.

Ser pesquisadora participante é fazer ressoar minhas impressões a partir “do lugar de fala”, em consonância com a reflexão de Djamila Ribeiro (2018). Esta autora procura mostrar o que é o lugar de fala⁷ por meio de grupos sociais que não tem a oportunidade de falar ou que nunca foram privilegiados efetivamente pelas suas falas. A ideia de lugar de fala é importante porque considera que os grupos sociais, neste caso, o MST, independente dos indivíduos que o integram, compartilham certas vivências comuns e estas são relevantes para a forma pela qual contribuem com a reflexão, a crítica e a construção de saberes.

Dialogando com Carlos Rodrigues Brandão (2007, p. 54), dos princípios destacados pelo autor, ressalto que “o ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social” e que “a mesma deve partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações”. Para isto, esta pesquisa utilizou entrevistas com os camponeses assentados e lideranças do MST sobre a ocupação da terra e os conflitos agrários na região. Inspirada pelo Inventário da Realidade de Roseli Caldart (2015, p. 10), elaborei um roteiro buscando realizar alguns levantamentos, visto que, de acordo com a pesquisadora, é necessário “buscar documentos e registros da história da comunidade, do lugar, da região e registrar histórias ou depoimentos de vida de pessoas mais antigas da comunidade, história da escola, identificar eventos marcantes que mudaram a trajetória de desenvolvimento do lugar”.

Ao todo, foram realizadas catorze entrevistas com moradores do assentamento, com faixa etária em torno de quarenta a cinquenta anos, sendo quatro mulheres e, os demais, homens. Outros dois entrevistados que não residem no assentamento compõem atualmente a coordenação estadual do MST e foram figuras chave na organização do acampamento, na década de 1990. Nas entrevistas, registrei as suas histórias e memórias, buscando também fazer um levantamento documental sobre o acampamento, reunindo fotografias, ata de fundação,

⁷ Dialogando com Djamila Ribeiro que, mesmo abordando a questão racial, prioritariamente, em seu livro “O que é o lugar de fala?” Consigo estabelecer uma conexão com a proposta de campesinato tendo em vista o processo de subalternização do campesinato no Brasil. No artigo “Terra, Raça e Classe: A classe trabalhadora é negra”, discutido por Raumi de Souza (2017): “percebe-se que a maioria das pessoas que compõe os assentamentos e acampamentos é afro-brasileira e conseqüentemente vítima do racismo, ora camuflado, ora revelado e combinado com o preconceito de classe” [...] De acordo a militante negra baiana Vera Lúcia Barbosa (Lucinha), o MST ao construir a luta pela Reforma Agrária, faz também a luta racial na prática, pois, no Estado da Bahia, por exemplo, a estética das pessoas que formam os assentamentos e acampamentos é negra “A gente faz a luta racial na prática quando fazemos um acampamento, um assentamento, na cidade onde aquelas pessoas se surgem como sujeitos. Então você resgata a autoestima da pessoa como pessoa, enquanto trabalhador rural negro e negra porque eles se impõem”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra.html>> Acesso em 18 de junho de 2019.

documentos guardados pelos moradores, além de registrar minhas impressões em diário de campo.

A luta pelo acesso à terra, por meio dos movimentos sociais, já é tida como um marco histórico banhado de conquistas. Falar da história de um acampamento sem-terra é envolver famílias, sentimentos, luta, resistência, é trazer para os escritos a vivência de pessoas que se propõem a compartilhar sonhos e realidades vividos em espaços tidos como experiências de forma cultural, dos saberes tradicionais, que persistem na vida digna com lutas e afirmação de sua identidade para a transformação da sociedade costurado ao projeto de igualdade social.

1 CONTEXTUALIZANDO A OCUPAÇÃO RONDONIENSE

No seu processo de formação territorial, Rondônia teve suas raízes e suas bases controladas pelo latifúndio. Sendo assim, o campesinato foi excluído do acesso à terra, “sendo direcionado para as áreas com potencial de expansão da fronteira agrícola, servindo literalmente como “frente pioneira”, ou seja, foi (é) usado como laboratório aos interesses do capital” (LIMA, 2019, p. 44-45).

Grande parte das terras devolutas do Território Federal de Rondônia foi arrecadada e disponibilizada para o estabelecimento de empreendimentos agropecuários e assentamento de camponeses desterritorializados em outras localidades do país, também foram decretados latifúndios de antigos seringalistas ou mesmo de empresas que adquiriram ainda antes títulos de seringais, visualizando a valorização futura da região (SOUZA, 2011).

Nas décadas de 1970 e 1980, os projetos de colonização agrícola financiados pelo governo em Rondônia contaram com uma ação geopolítica do governo militar, fomentando e redirecionando camponeses sem-terra para áreas consideradas vazias, tendo como finalidade o processo de exploração da terra e sua valorização econômica, posteriormente, buscando introduzir uma agricultura capitalista a partir da modernização tecnológica que subsidiasse os latifundiários.

Estes projetos de colonização iniciaram-se no eixo da BR-364, sendo esta a principal rota dos migrantes que vieram em busca das terras prometidas pelo governo. Para tanto, as políticas de colonização foram instituídas por meio do Projeto Integrado de Colonização – PIC; Projeto de Ação Conjunta – PAC; Projeto de Assentamento Dirigido – PAD; e de Projeto de Assentamento Rápido – PAR regulamentados pelo Estatuto da Terra e todos iniciados a partir da década de 1970.

Conforme informações do Incra-Supra (2013) (*apud* Lima, 2019, p. 46), “foram criados cinco PICs: Ouro Preto, Sidney Girão, Ji-Paraná, Adolph Rohl e Paulo de Assis Ribeiro”. Na modalidade de Projeto Integrado de Colonização – PIC, o Incra tinha a responsabilidade de realizar a demarcação das parcelas, abrir as linhas, prestar assistência técnica e financeira. Em seguida foram criados dois Projetos de Assentamento Dirigido – PAD: Burareiro e Marechal Dutra. Contudo, nesta modalidade, o Incra apenas fez a seleção dos assentados, e posterior a isto, a entrega do título de propriedade. Sendo estas modalidades as primeiras a serem instaladas no processo de colonização de Rondônia.

De acordo com Souza (2011), a mesorregião geográfica do Leste rondoniense sofreu um intenso processo de colonização nos anos 70. Para tanto, nesse período, foi instalado na região quatro projetos de colonização, assentando mais de 16 mil famílias em dois milhões de hectares. Segundo ele, devido ao grande fluxo migratório espontâneo na região, na década de 80, foram efetuados diversos projetos de assentamento rápido (PAR), que objetivavam minimizar os conflitos pela posse de terra na região. Ainda assim, os conflitos continuaram junto à exclusão dos trabalhadores sem-terra. De acordo com dados do INCRA (2009) levantados por Souza (2011), o Estado implantou mais de 80 projetos de assentamento (PA), assentando, aproximadamente 23.684 famílias nos municípios de Vale do Paraíso, Nova União, Teixeirópolis, Urupá, Mirante da Serra, Ministro Andreaza, Castanheiras, Novo Horizonte, Rolim de Moura, São Felipe, Primavera e Nova Brasilândia como fruto da luta dos trabalhadores rurais sem-terra, com a ideia de amenizar os conflitos na época. Porém, “na modalidade de Projeto de Assentamento – PA, os lotes eram menores, apenas 50 hectares para atender a uma quantidade maior de camponeses” (LIMA, 2019, p. 48).

A migração incessante rumo à Rondônia e a capacidade limitada dos projetos de colonização, resultou no desequilíbrio entre a oferta e demanda de terras públicas. A colonização agrícola via assentamentos rurais demonstrou a fragilidade do governo em resolver problemas de distribuição de terras no estado rondoniense. Contudo, de acordo com Murilo Souza (2011, p. 189), a luta no território rondoniense acontecia “a partir de ações de posseiros que antecedeu e acompanhou a luta pela terra organizada pelos movimentos sociais no estado, com apoio da igreja e por alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais também ligados à atuação religiosa”. Portanto, a luta pela terra é inseparável do processo de formação do território rondoniense.

2 A LUTA COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA

Por sermos seres sociais em constantes processos de transformação social, nos é intrínseca “a luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si” (FREIRE, 1987, p. 30), que está latente e que conduz à busca permanente pela formação humana. Nos movimentos sociais, esta dinâmica se faz presente nas inúmeras pedagogias construídas para os processos de reflexões e criticidade de seus integrantes. Neste contexto, abordando a perspectiva do MST, Caldart (2001) propõe:

Olhar para o MST como lugar da formação do sujeito social Sem Terra, e para a experiência humana de ser do MST, e participar da construção da coletividade Sem Terra, como um processo de educação, que é também um *modo de produção da formação humana*, tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões de *vida e morte* e de *vida inteira*, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade (CALDART, 2001, p. 6).

Esses processos de formação humana podem ser interpretados como a materialização de um determinado modo de produção da formação humana, tendo o Movimento como matriz, ou seja, como sujeito e princípio educativo. Há, de acordo com Caldart (2001, p. 10), duas ideias ligadas que vale ressaltar para melhor entendimento: “A primeira é de que existe uma pedagogia que se constitui no movimento de uma luta social; e a segunda é de que uma luta social é mais educativa, ou tem um peso formador maior, à medida que seus sujeitos conseguem entranhá-la no movimento da história”. Para tanto, é o participar que promove a humanização das pessoas.

Assegurar que uma luta social produz e reproduz um movimento sociocultural significa dizer que sua dinâmica encarna, exige e projeta dimensões relacionadas às realidades de vida das pessoas em uma sociedade. Isto se dá porque as ações de seus sujeitos acabam tendo um sentido histórico e uma influência política que ultrapassa o seu conteúdo específico, os interesses sociais subsequentes, e a consciência política que produziu, não apenas as ações, mas seus próprios sujeitos. Assim, Caldart refere-se ao jeito de fazer luta social:

Este jeito de fazer a luta social que produz sujeitos sociais é exatamente o jeito de vincular a luta específica com as grandes questões humanas e sociais de seu tempo. A natureza da luta pela terra, que mistura a luta pelo direito ao trabalho diretamente com a vida que a própria terra simboliza, parece predispor para esta sensibilidade. Mas nem todas as lutas pela terra que aconteceram na história foram capazes de produzir sujeitos sociais, identidades políticas e culturais que fossem elos de um processo histórico mais amplo (CALDART, 2001, p. 13).

Nisto consiste o principal traço da humanidade, que é a viabilidade de fazer-se e refazer-se. Ao mesmo tempo em que contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história, assim as lutas sociais produzem as transformações históricas.

No que se diz relevante ao processo histórico de formação dos Sem Terra do MST, Caldart (2001, p. 15) salienta que o mesmo é “constituidor de uma determinada matriz pedagógica, ou a materialização de um modo de produção da formação humana que tem o movimento como princípio educativo, a luta social como base conformadora deste movimento educativo”, em que se percebe o concreto que interliga as variadas dimensões do movimento, ou seja, a pedagogia. A capacidade de transformar e ser transformado no seu processo educativo a partir da terra, das pessoas, da história.

Segundo Roseli Caldart (2001, p. 16), “enquanto sujeito pedagógico o MST não cria uma nova pedagogia, mas inventa um novo jeito de lidar com as pedagogias já construídas na história da formação humana”. Em outras palavras, a Pedagogia do Movimento põe em movimento a própria pedagogia, mobilizando e incorporando em sua dinâmica diversas e combinadas matrizes pedagógicas. Tal como na labuta de cultivar que seus sujeitos fazem da terra, o MST ao fazer a formação humana mistura, lavra e transforma diferentes componentes educativos, propiciando uma síntese pedagógica que, embora não seja original, também não é igual a nenhuma pedagogia já elaborada, exatamente porque a sua referência de sentido está no Movimento em si.

A luta social aparece como base da educação dos sujeitos sem-terra exatamente porque propõe o movimento como princípio educativo, o que permite assegurar uma relação com a terra, o trabalho, a vida cotidiana em uma coletividade, a cultura, a história, o estudo a construção de novas relações sociais de produção no campo. A luta mesma, afinal, se transfigura e se desdobra em cada uma destas proporções que se implementaram como pedagogias ao longo da história da humanidade. Assim, Caldart (2001, p. 17) enfatiza “que é o próprio movimento da luta o grande educador dos Sem Terra”.

3 CONSTRUINDO O CAMINHO: O ACAMPAMENTO CHICO MENDES I

Em seu trabalho sobre as ocupações de terra no Brasil, Nashieli Loera discute os significados do ato de montar uma barraca em um acampamento como “uma forma de dizer que é candidato à reforma agrária, é também a forma apropriada de dizer que essa, é a terra ou o espaço físico ao qual pretende ser desapropriado” (LOERA, 2015, p. 27). Quando ocuparam a

Fazenda Presidente Hermes⁸, os sem-terra anunciaram a intenção de que aquelas terras fossem desapropriadas em seu favor. O Acampamento foi organizado pelo MST, que naquele período vivenciava um processo de ascensão das lutas no estado, fruto de ocupações vitoriosas em diferentes pontos do estado. No ano anterior, havia acontecido o Massacre de Corumbiara, o que justifica a poesia que abre este artigo:

Vai ser então ali meados dos anos 90 que o MST vai estabelecer uma estratégia política e luta pela terra em Rondônia de forma bem definida. Nessa estratégia dos anos 90, que entra o assentamento Chico Mendes. Qual era a estratégia do MST neste período? Devido ao grande processo de repressão da luta pela terra no estado aqui que é homogeneizada⁹ principalmente pelos pistoleiros. Nós tivemos neste período, só para lembrar, o massacre de Corumbiara. E com o massacre de Corumbiara, o que o MST vai estabelecer? Estratégia política pela luta de terra em Rondônia, essa estratégia é colocado nos seguintes pontos, primeiro nós deveríamos sair das lutas em regiões muito distantes dos meios de comunicação dos nossos aliados políticos, porque toda vez que havia um confronto entre sem terras e pistoleiros muitas vezes esses casos levavam muitos dias até serem publicitados e o fato de não haver uma publicidade maior faria com que estes processos fossem muitas vezes até aniquilados devido a não publicidade desses casos, quando a sociedade tomasse conhecimento, muitas coisas, muitas barbaridades já teriam acontecido. A segunda questão, o MST estabelece que nós deveríamos trazer a luta pela terra para disputar as terras mais agricultáveis, ou seja, mais produtivas do Estado, e essa estratégia deveria sim ficar ao longo da BR-364, numa distância não maior que um raio de 100 Km em torno da BR, então especificamente o Assentamento Chico Mendes (PESQUISA DE CAMPO N°14, junho de 2019).

Tendo como principal estratégia derrotar o latifúndio nesta região central do estado, identificou-se a área a ser ocupada. O movimento começa os preparativos para a organização da formação do acampamento. São concedidas tarefas para grupos de militantes que vão mobilizar as famílias, a partir de um diagnóstico social, econômico-político, que é feito em torno dessa região, a qual compreende os municípios de Alvorada do Oeste, Urupá, Ji-Paraná e Nova Londrina:

As famílias que compõem o acampamento, que ocupam essas áreas, são oriundas desses quatro lugares e nesses quatro lugares nós tínhamos um time, que nós chamamos uma brigada de militantes que ficaram com a tarefa, com a responsabilidade política da organização das famílias para organização desse acampamento. Eu quero destacar de forma muito carinhosa dois nomes que foram mais importantes nesse processo de mobilização das famílias e posteriormente o início do assentamento que é companheiro Gil, conhecido no movimento como Pintinho, que é assentado no Palmares e o companheiro Valdir, conhecido como pica-pau também

⁸ Em entrevista, foi relatado que a área de terra ocupada, pertencente ao fazendeiro José Milton, era um grande seringal de 33.000 hectares, posse que lhe foi dada no período de colonização do estado. Destaca-se, ainda, que, por ser um seringal, era uma área de extração de famílias Seringueiras. Zé Milton teve tentativas de luta pela terra dentro de seringal, tratou de inflacionar estas terras, foi vendendo este seringal de maneira que, ao final, ele ficou com 3000 hectares de terra. No entanto, foi em cima destes 3000 hectares de terra que sobrou do José Milton que o MST ocupa, em 1996, como acampamento que hoje é já o assentamento Chico Mendes.

⁹ Provavelmente, quis dizer “hegemonizada”.

assentado no Palmares. Eu destaco a importância dessas duas pessoas porque basicamente o grosso das famílias que são do Assentamento Chico Mendes foram frutos da militância deles (PESQUISA DE CAMPO N° 14, junho de 2019).

O trabalho de mobilização das famílias exige paciência. “Pintinho” e “Pica Pau” dedicaram quase um ano para “formar” a ideia do acampamento na região de Presidente Médici:

A gente começou a fazer um trabalho de mobilização a qual eu me lembro de que na época eu mais o Valdir, que foi um dos dirigentes ali da região, nós ficamos quase um ano em Ji-Paraná fazendo trabalho de divulgação, em Presidente Médici... Todos os companheiros na época que ficaram também em Alvorada; eu fiquei também na época eu fazia Ji-Paraná e Alvorada nós tínhamos uma equipe através das igrejas, sindicatos então isso foi se formando uma ideia (PESQUISA DE CAMPO N° 13, abril de 2019).

De acordo com os relatos, há diferentes versões sobre o fato de ter sido uma ocupação pacífica. Um dos entrevistados mencionou que, durante algumas mobilizações, alguns militantes tiveram conflitos com a polícia militar, como perseguições e, até mesmo, prisões. Já na área acampada, o fazendeiro José Milton chegou a fazer ameaças contra as famílias:

Eu cheguei ao Chico Mendes com trinta dias que o acampamento estava instalado para ajudar na condição do acampamento nessa parte mais interna, as famílias do dia a dia do acampamento. E eu presenciei um episódio que o Zé Milton chegou a cavalo com um grupo de uns dez pistoleiros na época, e ele tentou estabelecer o seguinte pacto de convivência conosco: que de um determinado lugar da área do acampamento, ou seja, da área da terra dele a gente não deveria passar porque se passasse ele não iria se responsabilizar pelos acontecimentos, pela segurança e pela vida das pessoas que passassem esta barreira. Eu estava no grupo que conversou com ele nessa época (PESQUISA DE CAMPO N° 14, Junho de 2019).

Para tanto, moradores afirmam ter sido uma ocupação sem conflitos. Talvez o motivo de ser considerado pacífico tenha sido pelo fato das famílias terem cumprido o combinado de não ultrapassarem a fronteira definida pelo proprietário da terra, e, assim, não havendo conflitos com pistoleiros na região do acampamento. E, também, pelo contexto, pós Corumbiara e Eldorado. Qualquer coisa diferente dos crimes de pistolagem destes dois casos, já era mais tranquila.

A entrevistada n° 12 foi acampada e atualmente é professora no Assentamento. Ela relembra o longo percurso até chegar ao acampamento:

Conheci o movimento de repente, eu trabalhava em Alvorada do Oeste, com meu marido de meeiro... Na época arrendamos a terra, mas era muito triste trabalhávamos bastante e quando colhíamos o dono da terra vinha pegava a metade e levava sem satisfação, era dele né! Aí um rapaz do movimento MST foi em Alvorada chegou lá, marcou uma reunião e chamou a gente para participar, eles estavam fazendo reuniões. No início a gente fica meio assustada porque era novidade, mas nós fomos à reunião e ele convidou para gente fazer parte da ocupação, na época só veio meu marido

porque eu dava aula lá e tinha os quatro filhos para ficar cuidando (PESQUISA DE CAMPO N° 12, março de 2019).

Mesmo sem conhecer o MST, a entrevistada e o marido aceitaram o desafio. O acampamento era chance de uma vida melhor do que a de meeiros. Migrante, assim como a entrevistada n° 12, o entrevistado n° 11 também viu no acampamento a oportunidade de mudar os rumos da vida, marcada por histórias de violência envolvendo a luta pela terra¹⁰:

Sou do Paraná, nascido e criado na região de Cascavel, céu azul, sou daquelas regiões ali. Comecei a trabalhar na faixa de seis anos, já ia trabalhar na roça. Com sete anos perdi minha mãe, foi mandado assassinar ela por briga de terra, o cara a atropelou com caminhão, mas foi mandado por fazendeiro. Comecei a trabalhar criança, criança de tudo, meu pai ficou viúvo, nunca mais casou, cuidou de nós tudo, foi pai e mãe tudo junto. Aí nós trabalhamos, ficamos vinte anos em um terreno. Eu só saí de lá depois que eu casei, arrumei minha família de lá fui para o Guaraniaçu (cidade do Paraná), fiquei um ano pra lá, de lá fui direto pra Rondônia. Eu vim para Rolim de Moura, perdi minha viagem por causa de um problema. Voltei de novo com minha esposa, isso no ano de 1985. Em 1986 eu retornei de volta para Rondônia, eu vim para Alvorada do Oeste, meu menino já tinha nascido, ia fazer dois meses de idade. Fiquei ali perto de Terra Boa. De Terra Boa eu vim para dentro de Alvorada na cinquenta e dois, ali fiquei três anos, saí dali e fui para outro sítio de um cara trabalhar lá. Nesses casos eu trabalhei em quatro sítios. Sempre trabalhando de vaqueiro ou arrendatário. Depois surgiu esse acampamento aqui, que começou em 1996. Nós entramos aqui dia 24 de junho de 96. Trajeto de acampamento debaixo da mata. Foram fazer palestra lá onde eu morava, na linha 48, quando o pessoal do movimento foi fazer uma reunião, uma palestra para reunir a turma pra vê. Era a turma da região da mata (assim eles - movimento se referenciava), eles que faziam os levantamentos das pessoas que queriam vir fazer o cadastramento (PESQUISA DE CAMPO N° 11, março de 2019).

A vontade de continuar na lida com a terra levou o entrevistado n° 6 ao acampamento, que conheceu por meio do trabalho da Pastoral da Terra e do Sindicato:

Sou um dos fundadores daqui, fiz parte também da liderança do Assentamento e cheguei até o Assentamento por volta de 1996, vindo daqui mesmo do município de Presidente Médici. Sou filho de produtor rural... Morava na segunda linha e tinha esse anseio de conseguir um pedaço de terra. Na época, eu já era recém-casado e vi que eu necessitaria de um pedaço de terra para começar a vida familiar porque era o que a gente sabia fazer, lidar com a terra. Surgiu então o movimento do MST que na época era puxado pela igreja, a pastoral da terra e o sindicato, então aí convidou a gente e nós viemos para a luta (PESQUISA DE CAMPO N° 6, março de 2019).

Essas histórias são recorrentes entre os moradores do Chico Mendes. São trajetórias de vida de migrantes que vieram em busca de terra e acabaram precisando lutar para conseguir um

¹⁰ Murilo Souza destacou como os migrantes que chegaram a Rondônia tinham, muitas vezes, um histórico de luta: “Os próprios migrantes vindos desse estado e do Mato Grosso já traziam consigo um histórico de luta pela terra. E por meio de reuniões nas comunidades rurais, algumas lideranças foram organizando os trabalhadores rurais sem-terra, que até então viviam na periferia das cidades ou como agregados em fazendas de outro estado”. (SOUZA, 2011, p.51)

pedaço de terra. Não é por acaso que aceitam o desafio de enfrentar um acampamento Sem Terra. Após todo o processo de mobilização das pessoas, o MST ocupa a Fazenda Hermes, localizada próximo da Rodovia 429. O número original de famílias varia com os relatos. Alguns falam em cerca de 300 famílias.

O acampamento ganhou atenção e inaugurou a série que o jornal fez sobre os acampamentos em Rondônia. Uma matéria especial sobre os acampamentos sem-terra de Rondônia, realizada pelo Jornal “O Migrante”, em maio de 1997, destacou o caso do Acampamento Chico Mendes:

Na madrugada do dia 24 de junho de 1996, no amanhecer do domingo, 230 famílias procedente das seguintes cidades: Ji-paraná, Presidente Médici, Ouro Preto, Vilhena, Rolim de Moura e Pimenta Bueno tomaram posse da fazenda Presidente Hermes. A conquista da terra foi feita de maneira muito tranquila e sem grandes confrontos. No início fizeram as barracas no meio da mata e logo em seguida começaram a derrubada da mata para iniciar a plantação. E ao mesmo tempo foram ajeitando um lugar mais adequado para estabelecer e fazer a moradia (ACAMPAMENTO CHICO MENDES..., maio de 1997).

A maioria dos que acamparam primeiro foram homens: “Depois de algum tempo, notando que não havia perigo, as esposas e filhos dirigiam-se para área em quantidades maiores” (LIMA, 2019, p. 80). Em relatos, algumas mulheres falam da decisão de ir acampar. Segundo elas, apesar do medo por não conhecer a realidade de um acampamento, deram total incentivo aos seus maridos, pois viram no acampamento uma saída para uma condição de vida melhor. A data ficou marcada pelos festejos juninos: “Foi em 24 de junho de 1996. Eu lembro exatamente. Foi no dia de São João” (PESQUISA DE CAMPO N° 12, março de 2019).

4 “TEMPO DE ACAMPAMENTO”

Quando um acampamento é organizado ou aberto, ou seja, quando as famílias começam a chegar ao local da área ocupada, o movimento desloca militantes mais experientes para que possam contribuir com as primeiras organizações internas do local. A organização dos barracos é um primeiro passo, uma vez que estão na terra. Nashieli Loera descreveu que “na maioria das ocupações e quando o acampamento começa a ser montado, as barracas são divididas em blocos ou grupos de famílias, segundo parentesco, afinidade ou conforme ordem de chegada” (LOERA, 2014, p. 38) para que possa ser desenvolvida a tarefa da administração política do acampamento. No Acampamento Chico Mendes, são grupos internos e externos que irão coordenar o local, os quais são oriundos dos núcleos:

Esta coordenação ela vai compor um grupo que tem esses militantes já mais experiente que são de fora. Vou ter a tarefa de fazer um pouco essa relação externa do acampamento relação com a comunidade local, mas também a relação com Inca, com governo, estado para prefeitura, ou seja, qual os atores externos ao acampamento (PESQUISA DE CAMPO N°14, junho de 2019).

Ainda como afirma Loera (2014, p. 38), “Uma vez que o acampamento está montado, dirigentes do mesmo dividem uma série de tarefas, que devem ser compartilhadas pelos acampados; na maioria dos acampamentos organizados pelo MST, essas tarefas se realizam por meio de núcleos, setores, grupos, comissões, brigadas, equipes etc.”, como aparece no relato no acampamento Chico Mendes:

A gente tinha também o núcleo, *grupos divididos por núcleo* eu mesma fui direção de núcleo durante muitos anos, a gente fazia reuniões, as pessoas reclamavam, elogiavam a gente via o que as pessoas precisavam aí os líderes do grupo levava para a direção o que o pessoal estava reivindicando, do que precisavam tudo era discutido ninguém tomava decisão, ninguém fazia nada sem antes comunicar a todo mundo (PESQUISA DE CAMPO N° 12, março de 2019).

De acordo com Fabrini e Roos (2009, p. 5), “a organização em grupos nos acampamentos ocorre para facilitar a solução de problemas cotidianos e imediatos dos sem-terra, como saúde, segurança, alimentação, etc”; e também a “comunicação com os coordenadores e direção do acampamento”.

Diante das necessidades, as famílias se organizaram e juntas iniciaram o processo de uso e ocupação da terra, por meio do desmate para o cultivo da agricultura. De acordo com relatos, com um ano de acampamento, os acampados fizeram uma grande roça, que, para alguns, ficou sendo um marco do acampamento. O jornal “O Migrante”, em visita ao acampamento, pôde comprovar de perto os frutos da primeira colheita:

Por ocasião da visita da equipe do jornal "O Migrante", tivemos a alegria de ver os primeiros frutos colhidos do acampamento Chico Mendes. Estavam carregando arroz que colheram no seu primeiro ano de plantio. Em menos de um ano produziram mais de 1.800 sacos de arroz, vão colher mais de 3.000 sacos de milho, e com a graça de Deus uma boa safra de feijão, que dá gosto de olhar! Parece que a mãe-terra conhece a necessidade de seus filhos e com generosidade atende os seus pedidos. O sistema de trabalho na sua grande maioria continua sendo feito com o mutirão (ACAMPAMENTO CHICO MENDES..., maio de 1997).

Os resultados da roça foram tão positivos que, em relatos, na época, os acampados fizeram doações de alimentos na cidade como fruto da plantação da grande roça, e puderam

participar das feiras do produtor na cidade, propagando a forma de trabalho, dando visibilidade do acampamento:

Na época de acampamento tinha-se a horta comunitária, aí logo em seguida também já houve o processo de roças comunitárias. Nós fizemos uma grande área de roça, e a partir do primeiro ano, as famílias já tinham subsistência, já tinham uma horta enorme. Daí pra frente, essa questão da subsistência já foi sanada. Quando no início do acampamento, nós já fazíamos doações de alimentos na cidade, já colhia o produto de dentro do acampamento e fazíamos as doações na cidade (PESQUISA DE CAMPO N° 6, março de 2019).

É interessante pensar que o acampamento também já é uma forma de ocupação e uso da terra, sendo assim, de acordo com Fabrini e Roos (2009, p.4), passa “a ser na trajetória de luta dos sem-terra, o primeiro exercício de luta coletiva, possuindo também um caráter pedagógico”.

Na época, trouxeram para o meio da roça dois, três caminhões de arroz, milho verde, abóbora, tudo trem que a gente produziu. Foi umas duas vezes final de ano que na época da produção nós levamos para doar para o povo mesmo, aquele pessoal carente que nos ajudou bastante (PESQUISA DE CAMPO N° 1, fevereiro de 2019).

Contudo, como descrito na reportagem do jornal o migrante, em maio de 1997, sobre a realidade do acampamento Chico Mendes, “o espírito de colaboração de partilha foi o que manteve as famílias firmes nos seus ideais [...] Foi através da organização do grupo que conseguiram encontrar saídas”. Em relato, uma das acampadas diz que:

[...] quando viram as dificuldades que tinham... Cada um tinha uma obrigação a ser cumprida, uma atividade, tinha que ter responsabilidade, respeito às regras, então a pessoa que não concordava automaticamente desistia e ia embora (PESQUISA DE CAMPO N°12, março de 2019).

Levando em consideração o que foi discutido por Caldart (2001), é no processo histórico de luta e de formação dos sem-terra que os mesmos se constituem enquanto sujeitos donos de sua própria história, tendo o movimento como princípio educativo e a luta como base conformadora. Os mesmos tem a capacidade de transformar e ser transformado no seu processo educativo, através da terra, das pessoas e da história. Em relato, o acampado fala da valorização que foi esse processo de luta coletiva:

A gente valoriza até hoje esse processo. Se você parar e pensar um cara que poderia ter virado alcoólatra, noiado ou sei lá ou uma prostituta, e hoje você vai na casa dele ver um carro na garagem você vê ele com uma renda de dois três mil reais por mês você vê o filho dele cursando faculdade, quer dizer que isso é uma virada, isso que é

construir cidadania, e então você tem que valorizar isso (PESQUISA DE CAMPO N° 6, março de 2019).

Para tanto, como descreve Lima (2019, p. 80), “no momento do acampamento, os interesses convergem numa só direção: a conquista da terra. É esse interesse que integra os acampados e os une”.

No acampamento, como mencionado, a organização se dava por meios de grupos e cada um tinha sua função. Segundo os relatos, as crianças nunca ficaram fora da escola, foi discutido e escolhido em assembleia nomes de pessoas que foram responsáveis pela questão da alfabetização das crianças que lá se encontravam.

Quando eu comecei a dar aula eu tinha meio ensino médio aí quando eu passei no concurso mesmo eu já fiz pro formação que era o magistério, terminando o magistério fiz pedagogia pela UNIR (PESQUISA DE CAMPO N° 12, março de 2019).

Educação no acampamento do movimento sem-terra ela é prioridade, desde o início aqui nós já tínhamos escolas (PESQUISA DE CAMPO N° 6, março de 2019).

Para Loera (2014, p. 29), o tempo de luta “se contabiliza a participação em mobilizações ou jornadas organizadas pelo movimento”, ou seja, “ocupações, marchas, atos, caminhadas e outras formas de protesto, é, contudo, uma forma de medir a capacidade de mobilização individual e de certos grupos do movimento”. De acordo com relatos, os acampados fizeram uma ocupação no Incra durante três meses com objetivo de pressioná-lo a repartir as terras:

Eu lembro até quando a gente saiu do acampamento num caminhão de boi. Nós fomos fazer ocupação em Porto Velho no Incra. Foi no dia 21 de julho que a gente saiu [...] nós fomos para Porto Velho fizemos a ocupação; foi em média umas 500 pessoas, a gente levou aluno, inclusive eu fui designada a dar aula lá numa sala que eles fizeram lá no Incra, ficamos três meses lá na ocupação, morando de baixo de lona, muitas vezes chovia e a gente tinha que ir para dentro das salas do Incra. A gente ocupou literalmente. No começo eles quiseram fazer a gente correr, mas não adiantou não. Só saímos de lá no dia que eles decidiram nas negociações que viriam repartir os lotes (PESQUISA DE CAMPO N°12, março de 2019).

Mediante essa ocupação ocorrida em julho de 1997 em Porto Velho dentro da sede do INCRA, o mesmo decide dividir os lotes. De acordo com os relatos, a superintendência do Incra deu a emissão de posse em novembro de 1997, porém a emissão de posse dada foi somente para uma parte da área acampada, ficando a outra parte em negociação com o INCRA. Então algumas famílias continuaram no acampamento por mais alguns meses até garantirem terra para as demais famílias:

O acampamento ele deve ter durado em torno de uns dois anos. Nós entramos exatamente no dia 24 de junho de 1996. O processo de conquista da área foi de um ano e oito meses. Com um ano e oito meses já havia a emissão de posse da área que é o primeiro passo para se fazer um assentamento. A partir daí então levou-se dois anos porque as famílias foram organizando as terras, as marcações e tal, levando em consideração que a metade dessas famílias foram assentadas nesse período (PESQUISA DE CAMPO N° 6, março de 2019).

[...] aí cortando os primeiros já foram descendo, mas que resolveu mesmo tudo foi em 1998 que já estava tudo cortado, inclusive nós descemos aqui para baixo em 98. Inclusive esse foi um dos acampamentos mais rápido pela história que eu conheço uma luta que toda vez que a gente conta que em 98 já estava todo mundo com os lotes, o pessoal fica admirados porque são cinco seis anos que o pessoal fica e aqui não foi (PESQUISA DE CAMPO N° 12, março de 2019).

A velocidade da conquista da terra pelos acampados do Chico Mendes impressionou até mesmo as lideranças do MST:

O Assentamento Chico Mendes foi um fenômeno porque a gente ocupa em maio de 96 e a conquista da luta pela terra se dá por 98, a maneira que quero dizer é que naquelas condições naquela conjuntura você ter o acampamento que anos depois, dois anos depois ele já é uma realidade, isso pode ser dito como algo bastante válido por esta conjuntura (PESQUISA DE CAMPO N° 14, junho de 2019).

“Nos assentamentos, verifica-se que os camponeses continuam a utilizar formas de resistência aprendidas durante a ocasião em que estavam acampados. Um bom exemplo é a luta organizada em grupos, brigadas e associações que não deixam de existir quando ocorre o assentamento dessas famílias” (FABRINE; ROOS, 2009, p. 6). Nesse sentido, foi criada uma associação no assentamento, em 1999, a fim de discutir assuntos de infraestrutura do assentamento e melhores condições de vida na comunidade, como uma escola dentro do assentamento, abertura de estradas, rede de energia, poço artesiano para que todos pudessem ter acesso à água. Tudo foi conquistado por meio de luta coletiva entre os sem-terra, através de reivindicações no Incra:

Quando assentamento, a educação ela não parou, ela continuou. Foi improvisado em cada agrovila um barraco, e também o processo da luta não parou, a gente continuou no processo de busca por infraestrutura, na questão do estado ter que assumir mesmo sua função, então não foi muito tempo, nós já tínhamos as escolas prontas, as estradas.... Porque os assentamentos, o assentamento em si, a coordenação, ela não acabou no momento em que foram demarcadas as terras... continuou o processo (PESQUISA DE CAMPO N° 6, março de 2019).

Ghon (2003 *apud* Fabrini e Roos, 2009), afirma que “com a conquista da terra há uma desestabilização do processo de organização política que os camponeses mantinham no acampamento. A organização é fruto do sonho da conquista da terra e que no assentamento esse

elemento capaz de garantir a unidade já não existe mais e, portanto, afeta a organização dos camponeses”. No assentamento Chico Mendes, após uns quatro anos, as famílias foram ganhando estabilidade, e com isso as mesmas foram se distanciando umas das outras, não havendo mais uma organização coletiva:

Tenho várias lembranças daquela época, a gente vivia em constante adrenalina muita coisa acontecendo, o mais bacana de tudo isso que a gente lembra e tem até saudades era o companheirismo. Existia um companheirismo muito grande principalmente do pessoal que puxaram a frente, que buscavam, hoje não existe isso mais, mas querendo ou não é um processo evolutivo das pessoas correndo atrás da terra, melhorar de vida. Infelizmente o capitalismo é isso aí, ele tem suas vantagens e as suas desvantagens ele cria o individualismo, ele cria um monte de barreiras... tinha todo um processo que a gente trabalhava a questão do cooperativismo, da questão da organização com a produção, houve várias discussões nesse sentido, mas eu também acredito que nós temos um estado muito complicado. Eu defendo essa tese porque a questão cultural nossa ela é muito complicada por causa da nossa miscigenação, temos pessoas aqui de vários estados, com várias culturas aí quando se vai trabalhar essa questão da organização da produção, pelo menos aqui não conseguimos avançar, e são poucas as experiências que deram certo. Quando se formaram as agrovilas, os grupos se dividiram assim também, se dividiram as associações, contudo, enfraqueceram inclusive a questão das comunidades (PESQUISA DE CAMPO N° 6, março de 2019).

No começo era bom porque a gente se reunia. Todo mundo conhecia todo mundo, e a partir do momento que deu uma parada daquelas reuniões de núcleos, as pessoas foram criando uma estabilidade melhor com energia, com tudo, começaram a ficar em casa deram um distanciamento, aí um vai embora, chega pessoa diferente. A modernidade é boa, mas de certa forma ruim porque divide as pessoas, afasta... (PESQUISA DE CAMPO N° 12, março de 2019).

Embora as pessoas tenham se distanciado, podemos comprovar que o movimento de luta pela terra transformou não somente as questões econômicas, mas em determinado momento, o movimento pedagógico que envolve o MST, ou o próprio movimento criou as condições necessárias para a transformação social. No entanto, se hoje já não estão unidas, o objetivo principal foi atingido, que era conquistar a terra e melhorar as condições econômicas e sociais. Diante de tudo, um dos desafios para as pessoas não terem avançado para uma consciência mais organizativa foram as formas de pensamento diferentes. Inicialmente, no assentamento, como relatado, tentaram trabalhar o cooperativismo, chegaram a unificar as associações com a finalidade de pensarem benefícios para o assentamento, mas conforme as entrevistas, não funcionaram pela distância física para alguns, e também pelo distanciamento entre as pessoas, pela perda de confiança por parte de outros, pelas discordâncias.

Tânia Lima (2019), em sua dissertação, discute também “o espaço social e suas relações de produção e reprodução” do assentamento, as formas de uso da terra que produzem o assentamento como um espaço de vida:

Essas estratégias de reprodução familiar no assentamento são mediadas por relações sociais, produção e de trabalho. O assentamento nestes 20 anos de criação passou por diversas produções agrícolas, atualmente, a principal fonte de renda dos camponeses é a pecuária leiteira, principalmente, para a comercialização in natura do leite [...] Relatos dos camponeses mostram que essa nova atividade foi introduzida no assentamento devido a dois fatores: primeiro, o solo em algumas propriedades não contribui para a produção agrícola; e, segundo, dificuldade de escoamento da produção. Mas, essa transformação não é algo particular do assentamento (LIMA, 2019, p. 115).

De acordo Fernandes (1993 *apud* Lima, 2019, p. 79), “os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação, uma forma de materialização dos sem-terra, e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento”. O Projeto de Assentamento (PA) Chico Mendes foi constituído no processo de luta e resistência camponesa, de modo que a organização da ocupação se deu com objetivo não somente de derrubar o latifúndio, mas também com a “necessidade de sobrevivência”, de uma vida digna. É, portanto, um aprendizado através das “experiências de resistência”, é um processo histórico de construção, de transformação da realidade a qual era vivenciada por aqueles sem-terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que o processo de ocupação da fazenda Presidente Hermes do proprietário José Milton, em 1996, pelo Movimento Sem Terra, um relevante processo social, na medida que a conjuntura política na época não estava tão favorável aos sem-terra. Em agosto de 1995, em Rondônia, houve o Massacre de Corumbiara, um confronto entre policiais militares contra sem-terra, que levou à morte doze integrantes. No mesmo ano da ocupação da fazenda Presidente Hermes, em abril de 1996, houve também o “Massacre de Eldorado dos Carajás”, decorrente da ação da polícia do estado do Pará, que levou à morte dezenove sem-terras. Não se pode desconsiderar ainda o ato de coragem dessas famílias que, junto ao MST, ocupam uma área cujo dono carrega um histórico de conflitos contra posseiros e indígenas. Essas famílias não tinham, naquela época, garantias de segurança, muito menos de êxito na luta. Dada a espiral de violência no campo, tudo poderia acontecer. Mas, juntos, desenvolveram a luta coletiva e acreditaram que o sonho de conquistar um pedaço de terra para morar e trabalhar era possível.

Diante disso, ressalto que o princípio educativo da luta do MST foi importante para a organização do acampamento, de modo que as pessoas juntas puderam desenvolver o aprendizado da vida coletiva por meio das divisões de tarefas existentes no acampamento, da “grande roça” comunitária, que ficará marcada na memória de muitos e desenvolvida com a

ajuda de todos, a persistência de ficarem por três meses acampados no Incra com o objetivo da obtenção da terra. E isso, de certa forma, mesmo que atualmente tenham perdido o vínculo coletivo, contribuiu também para que, quando assentados, pudessem juntos, mais uma vez, lutar pela infraestrutura do assentamento, conquistando rede de energia, estradas, escola, posto de saúde, associações, e a maior conquista de todas, a territorialização camponesa.

Esse princípio educativo fez com que as pessoas construíssem juntas e aprendessem juntas, a luta coletiva conquistou o assentamento, transformou a terra de uma só pessoa no lugar de vida e trabalho de muitas famílias. E isso, de alguma forma, ainda persiste no assentamento. Isso fez com que os sujeitos juntos, na luta, desenvolvessem um conjunto de relações humanas, resultantes de um aprendizado coletivo que transforma o sujeito por meio de outros sujeitos, assim como afirma Vygotski (1995, p. 147) “Nós nos tornamos nós mesmos através dos outros”.

Por fim, o intuito da pesquisa era trazer para o registro escrito um pouco da experiência do acampamento que constituiu o Assentamento Chico Mendes I, assim como a influência do movimento pedagógico nessa ocupação. Pondera-se que, após essas reflexões, os objetivos propostos conseguiram dialogar com as vivências partilhadas no acampamento e como as mesmas contribuíram para formar relações de companheirismo, luta e persistência entre as famílias, forjando, dessa maneira, uma comunidade de assentados mais solidária. Enfim, a luta pela terra funde-se à luta pela vida com dignidade e mais humanidade.

THE EDUCATIONAL PRINCIPLE OF THE CHICO MENDES I CAMP FIGHT IN RONDÔNIA

ABSTRACT

This paper aims to discuss the experience of the camp Chico Mendes I, located in the municipality of Presidente Médici, Rondônia RO as an educational principle, as proposed by Roseli Caldart in his analysis of the historical process of MST Landless formation. For the reflections that follow, I assume that “camping time” is an organizing and ordering principle of social relations in the Agrarian Reform universe. The work is the result of a qualitative research, characterized as a participant research, which was based on interviews with residents of the settlement and leaders of the Landless Rural Workers Movement who contributed in the organization of the camp and in the conquest of the land, having the collective memory as a foundation to know the camping time. There was also documentary research. Since the fight is a set of human relations, it results in collective learning and transforms the subject through other subjects.

Keywords: Land reform. Social movement. Camp. Popular education.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAMPAMENTO CHICO MENDES PRESIDENTE MÉDICI RO. **O Migrante**. Maio de 1997.

CALDART, Roseli Salete. *Inventário da realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo*. Veranópolis: IEJC, 2015.

CALDART, Roseli. O MST e a formação dos sem-terra: O Movimento Social como Princípio Educativo. **Estudos avançados**. Porto Alegre 15 (43). p. 1-23 junho de 2001.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni. **A Resistência Camponesa e as Diferentes Formas de Organização Coletiva dos Assentamentos de Quedas do Iguaçu/PR**. 2009.

Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/71.pdf>> Acesso em: 10 de junho de 2019.

FERNANDES. B.M. Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias sociais. In: MOLINA, M. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2006. p. 27-39.

FREGOLENTE, Aládia. **Segurança Alimentar e Nutricional: A segurança alimentar e nutricional dos Agricultores Familiares no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes e os impactos causados pela expansão da monocultura**. Assunção – PY, 2010.

LIMA, Tânia Olinda. **A territorialização do campesinato, terra e trabalho: Projeto de Assentamento Chico Mendes I (Presidente Médici-Rondônia)**. 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2019.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de acampamento**. 2014. 231 p. Projeto Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da UNESP – Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNESP (PROPG) / Fundação Editora da Unesp (FEU). São Paulo: Editora Unesp Digital, 2014, . ISBN 978-85-68334-35-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>> .

LOERA, Nashieli Rangel. **Mecanismos Sociais da Reforma Agrária em São Paulo Pelo Viés Etnográfico**. Lua Nova, São Paulo, 95: 27-56, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n95/0102-6445-ln-95-00027.pdf>> Acesso em: 23 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PESQUISA DE CAMPO. [1 a 14] **Realizada por Maria de Lourdes Cavalcante de Araújo**. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento; justificando, 2017.

RODRIGUES BRANDÃO, C.; CORREA BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

SANTOS, R, G. **Impactos socioambientais em área de assentamento rural: Estudo de caso Assentamento Chico Mendes I e II**. 2017.90 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de engenharia ambiental) - Universidade Federal de Rondônia departamento de engenharia ambiental, Ji-Paraná, 2017.

SOUZA, M. M. O. **Luta e Territorialização e Resistência Camponesa no Leste Rondoniense**. 2011. 361 f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia/MG, 2011.

SOUZA, Raumi de. **Terra, Raça e Classe: A classe trabalhadora é negra**. 2017. Disponível em:<<http://www.mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra.html>> Acesso em 18 de junho de 2019.